



1 Ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Pessoas  
2 com Deficiência realizada no dia 19 de março de 2018, às 14h05m, no auditório da  
3 Casa de Direitos Humanos - Av. Amazonas, 558 - 4º andar - Centro - Belo Horizonte,  
4 reuniram-se em plenária ordinária os conselheiros (as): Camila Vilela Martins- SEGOV;  
5 Alexander Fabian Malheiros- SES; Glicélio Ramos da Silva – SEC; Maria Patrícia Garcia e  
6 Souza – SETOP; Eustáquio José de Oliveira – CAAD; Dr.ª Júnia Elizabeth Reis – MP;  
7 Milton Henriques de Oliveira – ADEFOM; Caio Múcio Barbosa Pimenta – ACLB;  
8 Adinilson Marins dos Santos – FEAPAES; Rita de Cassia Righi Rodrigues Chaves – AMR;  
9 Andreísa Jacinto de Oliveira Santos – CRP; Josélio Ricardo Nunes Coelho – ASUGOV;  
10 Vânia Ferreira Dias Coelho de Faria – ASIPA; Roberto Carlos Pinto – ADEVIUDI; Rosival  
11 Ferreira de Araújo – ADEFI/Paracatu; **I - Verificação do quórum**, suficiente, no início da  
12 reunião 12 conselheiros presentes **II - Apresentação das justificativas de ausências**  
13 **dos conselheiros:** Maria Luisa Gomes Passos Vieira da Secretaria de Educação;  
14 Reginaldo Cordeiro dos Santos Junior da Secretaria de Planejamento e Gestão. **III -**  
15 **Aprovação da pauta:** Eustáquio solicitou a inclusão da pauta de parceria do CONPED  
16 com a CAADE, através de um ofício entregue no dia 16 de março de 2018. O presidente  
17 decidiu pela inclusão deste expediente na pauta a ser discutida nesta sessão plenária.  
18 Eustáquio explicitou como se daria tal parceria. Roberto Carlos questiona sobre a falta  
19 de estrutura e deficiência em relação ao quadro de funcionários, que já existem  
20 dificuldades com o trabalho do CONPED, que aconteceria uma sobrecarga. Juliana,  
21 Diretora de Apoio aos Conselhos e Órgãos Colegiados, pede elucidação de qual seria o  
22 papel da CAADE e qual atribuição dos funcionários do CONPED nesta parceria. Juliana,  
23 informou que é necessário uma pessoa da SEDPAC para acompanhar as reuniões na  
24 Casa de Direitos Humanos e que se responsabiliza pelo espaço. Eustáquio coloca que a  
25 CAADE será responsável pela elaboração de lista de presença, atas e apoio técnico  
26 operacional, destacou que o CONPED será uma referência de informação para as  
27 atividades. Rosival diz que não acha que o CONPED tem estrutura o suficiente para  
28 ajudar na parceria do projeto, que já existem dificuldades para atender as demandas  
29 internas para aceitar demandas externas. Patrícia da SETOP coloca a questão de ordem  
30 questionando sobre a possibilidade da CAADE ocupar o espaço na Casa de Direitos  
31 Humanos. Juliana elucidou que a Casa de Direitos Humanos está aberta para  
32 agendamentos de outras atividades. Adinilson diz que não é papel do CONPED fazer  
33 isso, que se for para buscar informação é fácil vir buscar, não há necessidade do  
34 CONPED abraçar uma coisa que não é da sua competência, já tem muita coisa. Caio diz  
35 que por mais que sejam grupos importantes na luta, não cabe ao CONPED fazer isso,  
36 mas aos conselheiros acompanharem as atividades. Adinilson coloca a preocupação da  
37 abertura de precedente, que além de arrumar o espaço, é uma grande  
38 responsabilidade, fugindo assim da competência do Conselho. Foi colocada em  
39 votação se o CONPED deve ou não participar: 2 conselheiros foram a favor, 10  
40 conselheiros contra e 1 abstenção **1. Aprovação da ata da reunião anterior:** Caio  
41 colocou a ponderação de que não é necessário atenuar as críticas que conselheiros e



42 conselheiras colocam, pois as pessoas são responsáveis pelo que falam, que não  
43 concorda com a forma que foi colocado o debate sobre intérpretes de libras na  
44 reunião anterior e solicita que fatos como este sejam mencionados nas atas. Juliana  
45 lembrou que a ata é enviada com antecedência para os conselheiros enviarem  
46 sugestões e modificações e aprovação da ata na reunião seguinte. A ata foi aprovada  
47 por unanimidade; **2. Apresentação dos relatórios das comissões temáticas do**  
48 **CONPED:** Foi feita a leitura do relatório das Comissões que foi feita a reunião em  
49 conjunto. A pauta da reunião foi revisão da Lei de Criação do CONPED. Andreíza do  
50 CRP coloca o adendo que existe diferença entre pessoas com sofrimento mental e  
51 transtornos, que um não substitui o outro. Ponderou também que 4 anos é muito  
52 tempo de mandato. Adinilson (federação das APAES), diz que o mandato deve ser de 4  
53 anos para que seja possível desenvolver melhor os trabalhos do conselho, mas que de  
54 2 em 2 anos continua existindo eleição da mesa diretora. Completou que existe  
55 mesmo diferença entre o transtorno mental e sofrimento mental sendo mesmo uma  
56 proposta de alteração na Lei de criação. Fabian propõe o encaminhamento de que o  
57 relatório seja enviado para os conselheiros possam propor alterações. O prazo  
58 estabelecido para o retorno do documento foi de 20 dias. Rosival defende que a  
59 presidência não pode ser apenas para sociedade civil, pois tira o direito das pessoas  
60 participarem que representam o governo, que seja alternado entre governo e  
61 sociedade civil. Camila foi incluída na comissão de atos normativos. Josélio perguntou  
62 sobre o ofício que o CONPED enviou para a Secretaria de Estado sobre a Escola  
63 Bilíngue e a diferença para inclusão de estudo, que não querem apenas ser uma  
64 pessoa em uma sala com ensino bilíngue. Rita coloca a questão da importância que  
65 seria de se ensinar a linguagem de libras também para o ensino regular. Roberto Carlos  
66 coloca a questão da dificuldade do livro didático em braile, mesmo sendo direito da  
67 pessoa com deficiência é dever do estado. Glicélio da Secretaria de Cultura diz da  
68 importância de professores capacitados para ensinar para pessoas com deficiência,  
69 pois não adianta vaga reservada se as pessoas com deficiência não tem formação,  
70 assim cobra ao CONPED e a CAADE um diálogo com a Secretaria de Educação e maior  
71 debate em relação a isso, para resolução do problema. Andreíza diz que trabalha no  
72 Estado e que no São Rafael foi uma luta existir a turma de inclusão, inclusive dos pais  
73 para que as crianças tivessem condições de fazer a matrícula, é necessário cobrar o  
74 governo. Caio afirma que o governo diz é mentira, que o São Rafael foi fundado em  
75 1933 e era escola de ponta, que ele não gosta de resolver as coisas conversando, se  
76 não resolve uma vez tem que entrar na justiça, inclusive o material de divulgação que  
77 gasta muito dinheiro, mas não tem para educação. Eustáquio pede para o CONPED  
78 enviar um ofício para a CAADE contextualizando sobre os problemas para que possa  
79 cobrar a Secretaria de Educação. Fabian informou que este ofício já foi encaminhado  
80 para a Secretaria de Educação. Rosival questiona a saída da Andreíza da comissão na  
81 qual ela faz parte para entrar na de atos normativos e Roberto Carlos elucida que ela  
82 não vai sair, vai apoiar a de atos normativos também. **3. Projeto do Fundo para**



83 **pessoas com deficiência:** Eustáquio repassa que participou das reuniões sobre o  
84 projeto de lei e quem deveria apresentar os projetos seriam o executivo, e já foi  
85 encaminhado o pedido de uma audiência pública para debater o fundo com o  
86 deputado, foi pedido que o conselho estude o projeto de lei e proponha alterações  
87 para que na audiência pública já debata em cima das alterações. Adinilson pergunta se  
88 o poder executivo endossa a proposta do fundo também, Eustáquio diz que a CAADE é  
89 a favor, mas não pode responder pelo executivo e propõe que seja feita um  
90 questionamento formal para o mesmo, que pelo que conversou com as pessoas que  
91 acompanham a comissão no executivo há concordância desde que sejam feitas as  
92 alterações, mas ainda é melhor formular uma cobrança formal. Rosival coloca que o  
93 legislativo não pode interferir no executivo, que mesmo que tramite até o final, se o  
94 executivo não aprova, o mesmo tem poder de veto e o trâmite que dispense tempo e  
95 energia no final das contas não vai dar certo. É necessário que o secretário apresente a  
96 proposta para o governo, mas sabe que é difícil o debate. Caio coloca que o conselho  
97 hoje ainda pode estar com debilidades, o mesmo ainda tem uma força para fora e um  
98 nome a zelar, o projeto elaborado é somente eleitoreiro que ignora inclusive o próprio  
99 SUS, para elaboração de um projeto é necessário ter conhecimento profundo sobre a  
100 temática. Eustáquio da CAADE diz que vai procurar o chefe de gabinete para que ele e  
101 o Secretário se posicionem para saber o que fazer como CAADE. Rosival, ressalta, que  
102 desde a Plenária passada vem informando que a Constituição Federal proíbe que o  
103 Poder Legislativo vote projeto de Lei que onera o Poder Executivo. Isso vale para as  
104 três esferas de Govern Rosival diz que entende o posicionamento da CAADE, mas que  
105 o CONPED necessita ter um posicionamento como entidade, principalmente  
106 questionando o governo, com a própria autonomia do Conselho. É necessário enviar  
107 um ofício para o secretário fazer uma consulta jurídica sobre o projeto de lei do fundo  
108 na SEDPAC para saber se existe legalidade do projeto que está tramitando na ALMG,  
109 em segundo momento buscar terminar e trabalhar a minuta própria do CONPED, que  
110 ainda não foi debatida em plenária e enviar para a SEDPAC para o próprio secretário  
111 colocar a questão nos trâmites legais, para que o próprio governo entenda e compre  
112 politicamente a pauta do projeto de lei do fundo. Os conselheiros aprovaram a  
113 sugestão do Rosival e ficou deliberado a elaboração e encaminhamento do ofício à  
114 SEDPAC. **4. Planejamento, usando o relatório final do “II Seminário dos Conselheiros  
115 e Membros dos Comitês de Direitos Humanos de Minas Gerais” 5. Informes:** Juliana  
116 fez a leitura da agenda da Comissão da Pessoa com Deficiência da ALMG. Fabian  
117 comunicou que acontecerá a reunião do Conselho Municipal sobre o cartão único de  
118 passe livre metropolitano no transporte, mencionou será uma reunião conjunta com o  
119 CONPED, na quarta feira, dia 28 de março às 14Hrs. **Reunião encerrada 17h15m**

120 Camila Vilela Martins- SEGOV

121 Alexander Fabian Malheiros- SES;



- 122 Glicélio Ramos da Silva – SEC;
- 123 Maria Patrícia Garcia e Souza – SETOP;
- 124 Eustáquio José de Oliveira – CAAD;
- 125 Júnia Elizabeth Reis – MP;
- 126 Milton Henriques de Oliveira – ADEFOM;
- 127 Caio Múcio Barbosa Pimenta – ACLB;
- 128 Adinilson Marins dos Santos – FEAPAES;
- 129 Rita de Cassia Righi Rodrigues Chaves – AMR;
- 130 Andreísa Jacinto de Oliveira Santos – CRP;
- 131 Josélio Ricardo Nunes Coelho – ASUGOV;
- 132 Vânia Ferreira Dias Coelho de Faria – ASIPA;
- 133 Roberto Carlos Pinto – ADEVIUDI;
- 134 Rosival Ferreira de Araújo – ADEFI/Paracatu;